

DEMANDA NÃO OBRIGATÓRIA PELO PROFISSIONAL CONTÁBIL: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE DOS PRODUTORES RURAIS**NON-COMPULSORY DEMAND FOR ACCOUNTANT: AN ANALYSIS ON THE ENVIRONMENT OF RURAL PRODUCERS****Valéria Amélia Baccin Ambrós**

Graduada em Ciências Contábeis – Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)

e-mail: valeriaambros@hotmail.com

Luiz Henrique Figueira Marquezan

Doutor em Ciências Contábeis – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Professor do Departamento de Ciências Contábeis – Univ. Federal de Santa Maria (UFSM)

e-mail: luizmarquezan@gmail.com

Thayane Scremin Anversa

Graduanda em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

e-mail: thayane_anversa@yahoo.com.br

Letícia Rigon

Graduanda em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

e-mail: leticiarigon@hotmail.com

Resumo:

Motivada pela investigação da demanda pelo trabalho contábil em situações de não obrigatoriedade do profissional, esta pesquisa analisou essa realidade no ambiente dos produtores rurais. Assim, ela objetiva identificar quais fontes de assessoramento contábil estão relacionadas à demanda dos produtores rurais. A metodologia, com abordagem quantitativa, utilizou a estratégia de survey, com o uso de questionário, aplicado em 91 produtores rurais da cidade de Jaguari (RS), em 2014. Os dados foram analisados por estatística descritiva, análise fatorial exploratória e correlação. Os resultados demonstram que os agricultores não se utilizam de assessoria contábil nas rotinas das suas atividades e ainda não estão preparados para o evento da NFe. Os dados apontam para associação positiva entre o uso de serviços contábeis e a percepção de conhecimento contábil e fiscal dos respondentes. Porém, diante da oportunidade originada na obrigação da NFe, a presença de contadores não contribui para a preparação dos agricultores para atender tal demanda, e que esta é suprida por órgãos de classe, da área rural. A pesquisa contribui com a ampliação de pesquisas relacionadas à demanda por serviços contábeis em ambientes de ausência de sua obrigatoriedade, com destaque para as alternativas utilizadas por potenciais substitutos. Isso remete a novas investigações sobre outros profissionais atuarem em substituição ao técnico ou bacharel em ciências contábeis. Ainda, contribui com a classe contábil na divulgação dessa prática junto dos produtores rurais.

Palavras-chave: Profissional Contábil. Demanda por Serviços Contábeis. Mercado de Trabalho.

Abstract:

The research, motivated by the investigation of the demand for accounting work in situations of non-obligatoriness, analyzed this reality on the environment of the rural producers. Thus, it aims to identify which sources of accounting advice are related to the demand of rural producers. The methodology, using a quantitative approach, used the survey strategy, with the use of a questionnaire, applied in 91 rural producers from the Jaguari (RS) city, in 2014. Data was analyzed by descriptive statistics, exploratory factorial analysis and correlation test. The results show that rural producers do not use accounting advice in the routines of their activities and are not prepared for the NFe event, yet. The data points to a positive association between the use of accounting services and the perception of accounting and fiscal knowledge of the respondents. However, due to the opportunity created by NFe's obligation, the presence of accountants does not contribute to the preparation of them to meet this demand, and class organs in the rural area supply this. The research contributes to the expansion of research related to the demand for accounting services in environments that are not obligatory. With particular emphasis on the alternatives used by potential substitutes, which refers to new investigations on other professionals acting as a substitute for the accountant. Still, it contributes with the accounting class in the dissemination of this practice among rural producers.

Key-words: Accountant. Demand for Accounting Services. Job market.

1 Introdução

Dois elementos são determinantes da prestação de serviços contábeis no Brasil: a obrigatoriedade de um contador como responsável técnico pelas pessoas jurídicas; a complexidade de tributos e controles sobre as empresas por parte do fisco. Nessa linha, mudanças nesses elementos podem ser uma oportunidade de atender novos públicos ou oferecer novos serviços os clientes.

A relação das demandas fiscais com o contador foi evidenciada por Moreira et al. (2013) ao constatarem que os gestores de empresas médias e pequenas possuem intenção em não manter o contador caso a complexidade tributária fosse reduzida. Destaca-se ainda que o nível de escolaridade do gestor é determinante dessa intenção. Pela impossibilidade de fazê-lo, assim como nas demais pessoas jurídicas, investigações sobre a demanda por serviços prestados por contadores possui redução do viés quando realizada com pessoas físicas que mantêm atividade econômica passível de ser realizada por empresa, incluindo profissionais liberais e produtores rurais.

Em sentido oposto, Caneca et al. (2009) identificaram oportunidades para atuação do contador. A descoberta dos autores está vinculada ao uso dos serviços contábeis para melhoria dos processos de gestão, por meio das informações gerenciais. Tanto no estudo de Caneca et al. (2009), quanto de Miranda et al. (2008), os resultados apontam para maior disposição dos empresários em pagar mais por serviços contábeis, desde que atuem em prol da gestão.

Nessa linha, as informações originadas pelos profissionais contábeis também afetam a gestão do setor agrícola, e podem contribuir para ampliação das atividades e melhoria dos processos que gerem incrementos nos resultados financeiros, pois a competitividade econômica também faz parte do agronegócio. Como gestor de uma atividade econômica e um patrimônio, o produtor rural pode utilizar de ferramentas de gestão, ajustadas às necessidades e particularidades existentes em cada propriedade, que permitam planejar e controlar sua

produção agrícola, por fatores como condições climáticas, sazonalidade, safra, entressafra, fatores biológicos, mercados futuros, dentre outros.

Nesse sentido, Crepaldi (2011, p. 39) afirma que se faz necessário manter profissionais qualificados, “para operarem nas atividades rurais, tanto na própria produção como na área administrativa, visando buscar um controle econômico-financeiro mais rigoroso”. Porém, na atividade rural de pequenas e médias propriedades, onde não há constituição da pessoa jurídica, os proprietários possuem a liberdade de optar pelo assessoramento de profissionais da área contábil ou buscar outras formas de apoio à gestão.

Devido aos custos inerentes ao assessoramento contábil e de outros profissionais, os agricultores potencialmente utilizam, em diferentes situações, do apoio dos órgãos de classe ou governamentais, onde procuram sanar dúvidas e obter orientações sobre situações que enfrentam. Tem-se então, pela não reserva de mercado, ambiente propício para investigações sobre o mercado de trabalho do profissional contábil.

Nesse ambiente, a partir da inserção da obrigatoriedade de uso da nota fiscal eletrônica (NFe), para algumas operações, conforme Decreto nº 51.203 (RIO GRANDE DO SUL, 2014) que modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS), no Estado do Rio Grande do Sul, tem-se a oportunidade de investigar possíveis efeitos para o mercado de trabalho do contador. Tal evento, conjugado ao ambiente da não obrigatoriedade da chancela contábil, forma o conjunto necessário para esse trabalho. Assim, a pesquisa procura identificar quais fontes de assessoramento contábil estão relacionadas à demanda dos produtores rurais.

Na sequência desta introdução apresenta-se a revisão da literatura utilizada na pesquisa. Segue a metodologia, na qual foram demonstradas a classificação da pesquisa, bem como a coleta e análise dos dados. A quarta parte relaciona os resultados obtidos e destaca os elementos a serem discutidos. E, por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa, seguidas das referências utilizadas.

2 Revisão da Literatura

Nesta seção são apresentados elementos da literatura relativos aos temas da pesquisa. Inicia pela atuação do profissional contábil, seguido da atuação contábil na área agrícola e finaliza com elementos sobre o setor agrícola.

2.1 Atuação do profissional contábil

O profissional contábil é quem formula os relatórios com informações para planejamento e controle para os administradores, acionistas, financiadores, governo e pessoas físicas, com a finalidade de melhorar a tomada de decisões. Conforme Iudicibus (2010, p. 14) “a profissão assume esse papel quando de fato se tem essa figura da prevalência sobre a forma, um conjunto de normas bem estruturado, a capacidade de conhecer os tipos de operações, de analisá-las, de julgar os melhores critérios e decidir por eles”. Ter conhecimento das obrigações de como fazê-las, interpretá-las é fundamental para desenvolver as atividades, atendendo assim as expectativas das pessoas que procuram pelo trabalho do contador.

O mercado de trabalho para o contador é em média um dos melhores e mais vastos, permitindo uma condição abrangente de empregabilidade, pois é amplo o leque de funções para o profissional contábil. Nele, as principais áreas de atuação, conforme Padoveze (2010, p. 18), “são: contabilidade financeira e gerencial, auditoria, perícia, administração financeira e

de investimentos”. Dentro dessas principais áreas de atuação há outras funções específicas que engloba o trabalho do profissional contábil.

Conforme descrito no Código Civil (BRASIL, 2002), as sociedades empresárias devem seguir um sistema de contabilidade, a lei é clara quanto à obrigatoriedade e também quanto a exceção existente, a escrituração contábil registra os fatos administrativos que alteram de forma qualitativa ou quantitativamente o patrimônio existente, demonstrando assim o quanto é importante esse controle e registro para conseguir visualizar e entender como o patrimônio da empresa está constituído e as alterações sofridas conforme o transcorrer das movimentações efetuadas.

Quanto à obrigatoriedade da contabilidade, o Código Civil (BRASIL, 2002) dispõe sobre as sociedades empresárias possuírem escrituração contábil. O texto legal, em seu artigo 179, solicita tanto à sociedade empresária quanto à figura do empresário, que siga um sistema de contabilidade, com a necessidade de escrituração, guarda de documentação e apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado. Entretanto, prevê tratamento favorecido ao empresário rural, reduzindo as exigências de controle e apresentação de dados contábeis.

2.2 Contabilidade na atividade agrícola

É notável que a contabilidade agrícola ainda seja pouco utilizada nas propriedades rurais, independentemente do tamanho, pois é notória a dificuldade na compreensão de que a contabilidade não é somente para fins fiscais, mas que a contabilidade pode gerar relatórios, com informações que contribuem para a gestão em relação a aspectos econômicos para a tomada de decisões.

De acordo Crepaldi (2011, p. 81), especificamente a contabilidade rural tem as seguintes finalidades:

- orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- controlar as transações financeiras;
- apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidade de crédito;
- permitir a comparação da performance da empresa no tempo e desta com outras empresas;
- conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Pode-se também mencionar que a contabilidade rural fornece informações sobre a necessidade de reduzir custos ou despesas, identificar se os investimentos estão gerando retorno. Assim, o agricultor conhece os resultados da sua produção, evitando em muitos casos, problemas de insolvência que podem resultar em falência e o abandono da atividade agrícola.

Para muitos agricultores é notável que a contabilidade agrícola passa despercebida e a, não procura por profissionais desta área por falta de condições ou por não conhecer o trabalho destes profissionais, mas diante desta realidade é importante demonstrar para essas pessoas a importância do trabalho que pode ser desenvolvido, os resultados e controles que podem ser feitos e conhecidos.

Conforme Faria (2010, p. 14):

a contabilidade rural é vista como uma técnica complexa em sua execução sendo conhecida apenas dentro de suas finalidades fiscais, grande parte dos produtores não demonstram interesse por uma aplicação gerencial, pois estão sujeitos apenas à tributação do Imposto de Renda e não utilizam a aplicação gerencial, colocando em segundo plano toda sua contabilidade.

No âmbito fiscal, uma modificação no RICMS, por meio do Decreto n. 51.203 (RIO GRANDE DO SUL, 2014), art. 1, passa a prever a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica inclusive para aqueles produtores que atuam sem a personalidade jurídica concedida pela inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Para eles, a NFe avulsa é solicitada.

De acordo com Anceles (2001, p. 352) “toda vez que ocorre saída do estabelecimento produtor ou comercial de produtos ou mercadorias, é obrigatória a emissão da Nota Fiscal, documento impresso conforme modelo aprovado pelas autoridades competentes”. O agricultor torna-se contribuinte e deve atender as exigências previstas na legislação tributária, necessitando adequar-se a nova exigência para a documentação fiscal.

Essa alteração afeta diretamente os agricultores, propiciando um momento para os profissionais contábeis ampliarem seu campo de atuação, sendo uma oportunidade de divulgar a profissão contábil, principalmente relacionado à contabilidade agrícola.

3 Procedimentos Metodológicos

Nesta seção são descritos os processos de aplicação da pesquisa. Inicia pela classificação da mesma, segundo a literatura, seguido da descrição dos dados e variáveis, a forma de coleta dos mesmos, apresentadas população e amostra, finalizando com o tratamento e análise dos dados.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa aplicada tem abordagem quantitativa, pois se caracteriza pelo uso de instrumentos estatísticos com a expectativa de garantir precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação (RAUPP; BEUREN, 2006), ao passo que utilizou de estatística descritiva, análise fatorial exploratória e análise de correlação.

Por analisar oportunidades no mercado de trabalho do contador em um ambiente tão específico, o trabalho apresenta dados iniciais sobre essa relação, tendo caráter exploratório, sendo possível apresentar bases para novos problemas de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para isso, foi adotada a estratégia de levantamento (GIL, 1999), utilizando como procedimento de coleta a aplicação de questionários. Os dados foram coletados com produtores rurais, de forma que possibilitassem o cumprimento dos objetivos deste trabalho.

3.2 Categorias e Variáveis de Análise

As variáveis descrevem as características de interesse sobre a população analisada, representando ou quantificando fenômenos observados (VIRGILLITO, 2008). Nesta pesquisa as questões foram estruturadas em duas categorias, de forma a identificar o perfil dos respondentes e suas percepções quanto aos assuntos tratados.

Na primeira categoria, referente ao conhecimento contábil, foram elaboradas questões para identificar a percepção do agricultor sobre seu conhecimento em assuntos contábeis e fiscais. Na segunda categoria as questões estão relacionadas à obrigatoriedade do uso da nota fiscal eletrônica em algumas operações e as fontes de apoio para essas e outras questões fiscais, contábeis e financeiras. Por fim, a variáveis categóricas, com questões estruturadas com o objetivo de conhecer características dos agricultores que responderam o questionário.

Após a obtenção dos dados e informações levantadas com o uso de questionário, as variáveis foram analisadas conforme a regularidade das respostas identificadas. Buscou-se analisar as variáveis relacionadas ao conhecimento dos agricultores e a situação desses em relação à NFe, por meio da identificação de fatores, pela análise fatorial exploratória (AFE). A organização das questões, conforme as categorias, é discriminada a seguir:

- a) Categoria 1: Percepção de conhecimento sobre contabilidade.
Percepção de conhecimento contábil: questões 1 a 4.
Percepção de conhecimento fiscal: questões 5 a 8.
- b) Categoria 2: Relações com a contabilidade.
Utilização do profissional contábil: questões 9 a 13 e 27.
Nível de preparação para NFe: questões 14 a 17.
Apoio contábil para NFe: questões 18 a 21.
Outras fontes de apoio: questões 22 a 26.
- c) Perfil dos respondentes: questões 18 a 37.

O questionário está constituído por 37 perguntas fechadas. Tais perguntas buscam investigar se há relação entre o suporte dado aos agricultores e a demanda pelo profissional contábil, além de outros meios de apoio. As respostas são organizadas em uma escala Lickert de 5 pontos, na qual um é “discordo totalmente” e cinco “concordo totalmente”; adicionada a opção correspondente a “não se aplica”.

Em particular, buscou-se identificar o modo como os agricultores recebem as informações contábeis e fiscais, se aqueles que procuram assessoria contábil particular estão mais amparados em relação aos demais ou a existência de outros órgãos que possuem contadores atuantes suprem essa possível lacuna. Dessa forma, também foram pesquisados os órgãos de apoio indicados pelos agricultores, como forma de identificar se a atuação do contador junto aos produtores ocorre por meio tais órgãos, ou se há outros profissionais substituindo os contadores.

Antes da aplicação do questionário o mesmo foi revisado por quatro professores, todos mestres, de uma IES do Rio Grande do Sul, de diferentes áreas da contabilidade: Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Contabilidade Tributária e Contabilidade Societária. Tal passo teve o objetivo de avaliar as questões, sua distribuição, a escala e o assunto questionado. Obtiveram-se respostas dos professores com algumas considerações que foram relevantes e adaptadas ao questionário para a versão final. Para verificar a aplicabilidade do questionário o mesmo foi aplicado com cinco agricultores primeiramente para analisar a estrutura e como foi o entendimento dos mesmos ao proceder ao preenchimento.

3.3 População e Amostra

Para definição da população, procurou-se identificar o perfil dos sujeitos de pesquisa, pelos seguintes critérios, listados por ordem decrescente de amplitude: (1) a existência de patrimônio resultante de atividade econômica no qual a contabilidade poderia atuar; (2) não haver previsão de atuação obrigatória do contador na referida atividade; (3) a existência de um fato relevante relacionado às funções vinculadas à contabilidade. Para escolha da amostra, em virtude do desconhecimento do tamanho total da população e, pela viabilidade da aplicação da pesquisa, buscou-se tal realidade em um grupo concentrado regionalmente.

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada com agricultores, localizados no interior do município de Jaguari (RS). Essa amostra escolhida é não probabilística e do tipo amostragem por tipicidade ou intencional (GIL, 1999). Os questionários foram aplicados com noventa e um (91) agricultores, de agosto a setembro de 2014, sendo realizado previamente um pré-teste

com cinco agricultores com o objetivo de avaliar a provável coerência das respostas, as dificuldades e possíveis dúvidas. Observou-se que não foram encontradas dificuldades para responder, não havendo necessidades de alterações no questionário, passando os dados do pré-teste a compor a amostra final.

3.4 Tratamento e Análise dos Dados

Os dados obtidos pela aplicação do questionário foram transcritos para uma planilha eletrônica, estruturada de forma que nas colunas contenham as respostas das questões e nas linhas os respondentes. Concluída essa etapa os dados coletados foram submetidos a análises pela estatística descritiva e análise fatorial exploratória (AFE) no programa *Statistical Product and Service Solutions* (SPSS), versão 21.

A estatística descritiva foi aplicada para analisar as respostas de cada bloco de questões, procurando identificar o comportamento médio da amostra, segregado por categoria e tema de interesse. Em seguida, com a aplicação da AFE, os dados passaram a ser analisados pelos fatores obtidos, configurando as novas variáveis de pesquisa (FCC; FCF; FANFE; USOCTB; NAOCTB). O método de extração utilizado foi o de componentes principais e o de rotação dos eixos, *varimax*.

Os estudos que utilizam essa técnica adotam critérios para manutenção das variáveis nos testes, bem como para identificar a validade do mesmo. Para a manutenção das variáveis (questões) foi utilizado o critério de comunalidade maior 0,5. A comunalidade representa a “quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise” (HAIR et al., 2009). O tamanho da amostra corresponde ao esperado por Hair et al. (2009), acima de 50 observações e de, no mínimo, 5 observações por variável utilizada.

Por fim, os fatores encontrados na AFE foram analisados em conjunto com as fontes de demanda por serviços contábeis e fiscais, incluindo profissionais da contabilidade e fontes alternativas, por meio de coeficientes de correlação. Para essa, em todas as variáveis (FCC; FCF; FANFE; USOCTB; NAOCTB) foi utilizada a média das respostas para as questões que compõem cada uma. Como os dados das variáveis apresentaram distribuição não normal, a análise de correlação utilizou o modelo de Spearman. Para o teste de normalidade das variáveis, a fim de determinar a escolha do método de análise de correlação, foi utilizado o teste Jarque-Bera. Tal teste, assim como a análise de correlação, foram realizados pelo software Eviews, versão 8.

4 Resultados e Discussão

Os resultados são apresentados e discutidos nesta seção. Inicia pela caracterização dos respondentes, seguido das análises descritiva e de correlação.

4.1 Caracterização da Amostra

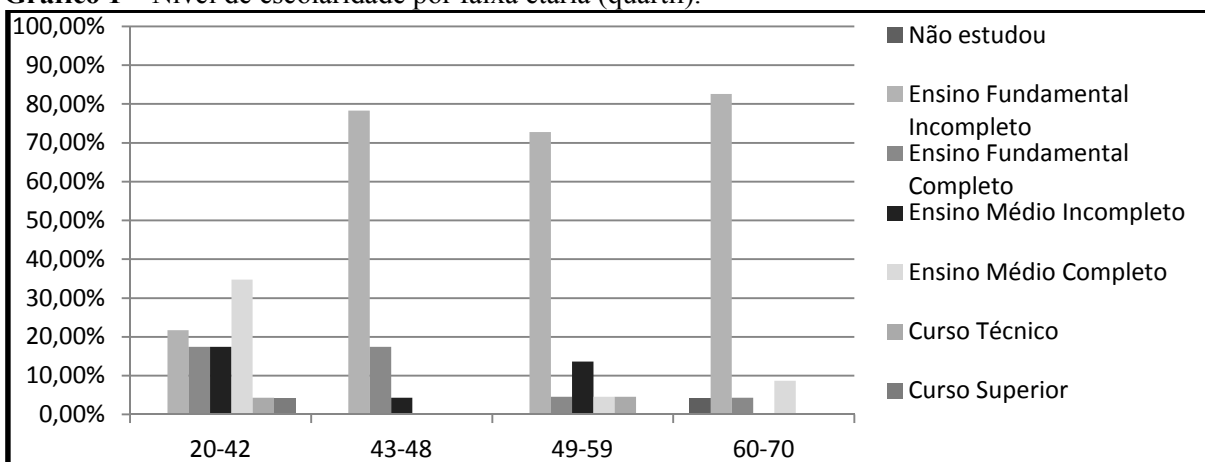
A cidade onde foram aplicados os questionários com os agricultores, Jaguari, está localizada na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui, segundo dados do censo de 2010, uma população de 11.473 habitantes, e economia baseada no setor primário onde se destacam os cultivos de fumo, soja, arroz, uva e cana-de-açúcar.

Foram aplicados noventa e um questionários (91) entre os meses de agosto e setembro do ano de 2014, com agricultores. Os questionários foram aplicados nas residências dos agricultores, na zona rural e, em alguns casos, os pesquisadores se direcionaram até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, aplicando o questionário com aqueles que frequentaram a entidade nesse intervalo de tempo.

Pode-se perceber, pelas respostas obtidas, que a maioria das propriedades rurais estão sob a responsabilidade dos agricultores, que possuem um maior acompanhamento da produção juntamente com suas esposas, sendo que, eventualmente, elas não possuem um contato direto com a produção e com os negócios que envolvem a propriedade.

Dentre os respondentes, 82,60% tem idade entre 60-70 anos, possuem o ensino fundamental incompleto e nenhum dos entrevistados nesta faixa etária possui curso técnico ou superior, demonstrando a dificuldade encontrada na época de acesso à escola, conforme os comentários enquanto respondiam os questionários. O maior percentual (34,78%) de agricultores que possuem ensino médio completo encontra-se na faixa etária de 20-42 anos, pois a percepção sobre a importância da educação e o acesso a mesma eram melhores. Além disso, o maior percentual de agricultores que possuem curso técnico ou superior está dentro dessa faixa etária. O Gráfico 1 ilustra a relação entre as faixas etárias e a escolaridade.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade por faixa etária (quartil).



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Observando o Gráfico 1 é possível identificar que nenhum dos respondentes com faixa etária entre 43-48 anos possui curso técnico ou superior e que o maior percentual encontrado entre os respondentes com idade superior a 43 anos foram os que possuem ensino fundamental incompleto. Quanto ao questionamento no que tange ao acesso a tecnologias, como computador e internet, os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentuais referentes a acesso a computador e internet

Quartil	Q1	Q2	Q3	Q4
Faixa etária	20-42	43-48	49-59	60-70
Respondentes	23	23	22	23
Nenhum	43,48%	86,96%	86,36%	91,30%
Computador	21,74%	4,35%	0,00%	4,35%
Computador e internet	34,78%	8,70%	13,64%	4,35%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os maiores percentuais nos Quartis 2, 3 e 4 são encontrados dentre os que não possuem nenhum acesso a estas tecnologias. Observa-se que os respondentes da faixa etária de 20-42 anos, mesmo sendo uma geração onde acompanhou a evolução das tecnologias apenas 34,78% possuem acesso a computador e internet. No entanto, 56,52% deles possuem computador, mesmo sem acesso à internet, o que se mostra como uma evolução em relação

aos demais. Conclui-se que esse tipo de tecnologia ainda se encontra distante de muitos agricultores, pela falta de conhecimento e às dificuldades para ter acesso a sinal de internet.

Quando questionados quanto à área de produção na sua maioria são micro produtores rurais, ou seja, plantam até 88 hectares. Para conhecer a constituição da propriedade, ou seja, se está constituída como pessoa física ou jurídica, 100% dos questionados responderam que sua propriedade está constituída como pessoa física. Durante a aplicação dos questionários houve o interesse dos produtores sobre a viabilidade no uso da pessoa jurídica, sendo oportunidade de trabalho para profissionais contábeis. Além dos resultados demonstrados nos tópicos seguintes dessa pesquisa, percebe-se a carência de orientação sobre questões tributárias aos produtores, outra lacuna profissional a ser preenchida.

Por fim, relevante observar que 100% dos questionados participam ou já participaram de alguma entidade de classe (ex.: sindicato ou cooperativa). Neste caso, muitos agricultores mencionaram que ser associado e participar dessas entidades é uma das únicas formas de se manter atualizado sobre assuntos fiscais, atender às obrigações legais e sanar as dúvidas.

4.2 Análise Descritiva - Conhecimento e Uso dos Serviços Contábeis E Fiscais

Inicialmente, neste tópico, são apresentados os dados sobre as percepções dos produtores rurais em relação aos conhecimentos contábil e fiscal que possuem. Para isso, as questões CC1, CC2, CC3 e CC4 investigaram respectivamente sobre conhecimento contábil (CC) e a percepção dos agricultores sobre a contabilidade e sua importância no meio agrícola. As questões CF5, CF6, CF7 e CF8 investigaram sobre conhecimento fiscal (CF). Os dados referentes à investigação dessas questões estão apresentados a seguir, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva: percepção de conhecimento contábil e fiscal

Questão	n	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
CC1	91	1,000	5,000	165,000	1,813	1,429
CC2	91	1,000	5,000	158,000	1,736	1,381
CC3	91	1,000	5,000	226,000	2,484	1,696
CC4	91	0,000	5,000	129,000	1,418	1,165
CF5	91	1,000	5,000	425,000	4,670	1,076
CF6	91	1,000	5,000	384,000	4,220	1,541
CF7	91	1,000	5,000	313,000	3,440	1,565
CF8	91	1,000	5,000	132,000	1,451	1,232

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Referente à percepção de conhecimento contábil (CC), foram representadas pelas questões CC1, CC2, CC3 e CC4 as médias se mantiveram entre 1,418 e 2,484, todas abaixo do ponto médio da escala (2,5). Ainda, foram identificados percentuais entre 87% e 55%, que na opção “discordo totalmente”. Assim, os respondentes julgam não possuírem conhecimento sobre assuntos contábeis, atualizações de informações contábeis, quanto ao controle do seu patrimônio e nem resultado da sua atividade; também consideram, corretamente, que contabilidade não seja algo obrigatório para a atividade agrícola que eles desenvolvem. A média geral das quatro questões foi de 1,863, reforçando a falta de conhecimento contábil demonstrada pelos agricultores.

Relacionando ao conhecimento fiscal percebido, as médias obtidas demonstram uma maior percepção de esclarecimento sobre o assunto, porque a média encontrada na CF5 foi 4,670, e resultado 91% de “concordo totalmente”, pois sabem como obter e arquivar os talões de nota fiscal de produtor, quando devem apresentar e também a qual órgão solicitar os mesmos. Na CF6 foi 4,220, e percentual de 77% demonstrando conhecimento sobre como

preencher a nota fiscal de produtor quando há operações que precisam de nota fiscal para circulação.

Relacionado a CF7 com média 3,440 com percentuais de 27% para “discordam totalmente”, 46% em “concordam parcialmente” e 27% em “concordam totalmente”, demonstrando que muitos agricultores consideram ter conhecimento parcial sobre os impostos que pagam no momento da compra de insumos ou na venda de seus produtos. Quanto a CF8 a média foi 1,451, e com resultado de 88% “discordo totalmente” indicando não concordar com a afirmação descrita na questão, esse valor demonstra a falta de conhecimento dos agricultores quando questionados sobre o pagamento de ICMS sobre o valor das notas fiscais, sendo indiferente quanto a operações de compra ou de venda.

Na sequência, foram questionados quanto ao uso de serviços contábeis diretamente com profissionais da área. São apresentadas as análises das questões 9 a 13, relativas ao uso de profissionais contábeis (PC) para as demandas dos produtores rurais, bem como o assessoramento por familiar (OFA) com formação na área (questão 27), conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Utilização do profissional contábil

Questão	n	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
PC9	91	1,000	5,000	403,000	4,429	1,407
PC10	91	0,000	5,000	78,000	0,857	1,736
PC11	91	1,000	5,000	128,000	1,407	1,174
PC12	91	1,000	5,000	116,000	1,275	0,967
PC13	91	1,000	5,000	99,000	1,088	0,590
OFA27	91	0,000	5,000	123,000	1,352	1,158

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Analizando a média desse grupo de variáveis (1,734), resultado de 88% no geral, terem respondido “discordam totalmente” com as afirmações mencionadas nas questões. Cabe ressaltar que a questão PC9 obteve uma média 4,429, com aceitação de 86%, pois se trata de um questionamento que envolve a obrigatoriedade de entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), reforçando o papel contributivo das demandas tributárias e legais para a atuação do contador. Nas demais, as atividades podem não ser de interesse dos produtores ou a demanda é suprida de outras formas.

Ainda, a pesquisa procurou identificar quais outras formas os produtores rurais têm de acesso aos serviços contábeis e fiscais, sem contratação direta. Os dados são apresentados na Tabela 4, sendo as questões 23 a 24 relativa a órgãos de apoio que oferecem os serviços por profissionais contábeis e as questões 25 e 26 relativas a assessoramento não profissional.

Tabela 4 – Outras fontes de apoio

Questão	n	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
OFA22	91	1,000	5,000	288,000	3,165	1,996
OFA23	91	1,000	5,000	119,000	1,308	1,072
OFA24	91	1,000	5,000	443,000	4,868	0,718
OFA25	91	0,000	5,000	101,000	1,110	0,706
OFA26	91	0,000	5,000	115,000	1,264	0,953

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Em relação a fonte de apoio do sindicato (OFA24) a média encontrada foi de 4,868, resultado de 96,75%, dos respondentes terem escolhido a opção de “concordo totalmente”, o que demonstra a grande participação dos agricultores nessa entidade, ou seja, quando necessitam de informações ou instruções, eles recorrem ao sindicato, principalmente porque são associados e participam da entidade para outras atividades. Para muitos é a única

assessoria que possuem quando precisam de empréstimos e/ou encaminhar cartas para adquirir benefícios, que estão disponíveis nas instituições bancárias. O próprio sindicato dos trabalhadores rurais disponibiliza esse serviço aos associados.

Em seguida vem o uso da cooperativa a que pertencem (OFA22), com média de 3,165, o que resulta na baixa procura direta ou não especializada. Percebe-se a importância desses órgãos para os produtores, uma vez que obtém os serviços contábeis e fiscais com custo diluído por todos os participantes de cada órgão.

4.3 Análise Descritiva – Preparação e Apoio à Implementação da NFe

Pela oportunidade que motivou o momento da pesquisa, o trabalho investigou a percepção de preparação e apoio que os produtores possuem para a implementação da NFe. Os resultados das questões são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Nível de preparação/apoio contábil

Questão	n	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio Padrão
PNFE14	91	1,000	5,000	238,000	2,615	1,611
PNFE15	91	1,000	5,000	113,000	1,242	0,848
PNFE16	91	1,000	1,000	91,000	1,000	0,000
PNFE17	91	0,000	1,000	89,000	0,978	0,147
ANFE18	91	1,000	5,000	106,000	1,165	0,778
ANFE19	91	0,000	5,000	94,000	1,033	0,433
ANFE20	91	1,000	5,000	161,000	1,769	1,521
ANFE21	91	1,000	5,000	99,000	1,088	0,590

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A média das questões PNFE14, PNFE15, PNFE16 e PNFE17 foram 2,615, 1,242, 1,000 e 0,978, respectivamente, e com percentual geral para o conjunto de questões de 85% de respostas na opção “discordo totalmente”. Eles consideram possuir certo conhecimento de quando a NFe passará a ser obrigatória, não possuem computador e internet para a emissão das mesmas, não estão utilizando a NFe nem se sentem preparados para atender a essa exigência. Esse resultado demonstra a falta de preparação dos agricultores para cumprir essa exigência, novamente é identificada oportunidade para atuação de profissionais contábeis.

Tal constatação pode ser resultado do outro conjunto de questões, ligadas ao apoio contábil para implementação da NFe (ANFE) em que as médias foram ainda mais baixas. Novamente o assessoramento contábil via órgão de classe se apresenta como a principal média, permitindo ao produtor receber os serviços a custos menores.

4.4 Análise Fatorial Exploratória – Conhecimento e Apoio Contábil e Fiscal

As questões relacionadas a conhecimento contábil (CC), conhecimento fiscal (CF), nível de preparação dos produtores para utilizar a NFe (PNFE), e o apoio contábil para a implementação da NFe (ANFE) foram submetidas à análise fatorial, procurando identificar relações empíricas. Inicialmente, a questão 16, que procurou identificar se os produtores já utilizavam a NFe foi descartada, pois apresentou variância zero, sendo uma constante, dado que todos os respondentes escolheram uma única opção da escala (1). Ainda, as questões 15 e 20 apresentaram comunalidade 0,383 e 0,441, abaixo de 0,5, sendo igualmente desconsideradas.

Por fim, a média de observações por variável foi de 7, atendendo as observações de Hair et al. (2009). O resultado da primeira análise fatorial apresentou 4 fatores com autovalor maior que 1, com variância acumulada de 73,16%. O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi igual a 0,68 e o teste de esfericidade de Bartlett apresentou resultado Qui-quadrado de

641,41, significativo a 0,000. Ainda, a consistência interna de cada fator, analisada pelo Alpha de Cronbach, indicou que os fatores 1, 2 e 3 são consistentes, apresentando valores de 0,868, 0,733 e 0,776 respectivamente. No entanto, o fator 4, que expressaria o nível de preparação para a NFe apresentou Alpha de Cronbach abaixo de 0,6, recomendado como limite mínimo para análises exploratórias (HAIR et. al, 2009).

Assim, uma nova rodada de testes foi realizada, considerando somente as questões dos fatores 1 a 3 (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 18, 19, 21), as questões 14 e 17, ligadas ao fator 4, não foram usadas. Por ela foram gerados 3 fatores válidos que explicam 71,77% da variância dos dados, uma pequena redução à opção com 4 fatores. O novo teste apresentou Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi igual a 0,67 e o teste de esfericidade de Bartlett apresentou resultado Qui-quadrado de 572,72, significativo a 0,000. As cargas fatoriais são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 6 – Carga fatorial e variáveis relacionadas

Variável	Representação	Fator 1 FCC	Fator 2 FANFE	Fator 3 FCF
2	Conhecimento em contabilidade - Interesse próprio	0,93		
1	Conhecimento em contabilidade – Autopercepção	0,90		
4	Conhecimento em contabilidade – Obrigatoriedade	0,78		
3	Conhecimento em contabilidade - Dados patrimoniais	0,73		
21	Apoio a NFe - Contador de outro produtor		0,89	
18	Apoio a NFe - Procura contador		0,86	
19	Apoio a NFe - Contador atual		0,71	
8	Conhecimento fiscal – ICMS		0,61	
6	Conhecimento fiscal - Nota fiscal			0,85
7	Conhecimento fiscal – Impostos			0,82
5	Conhecimento fiscal - Talões de produtor			0,81

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A análise da composição de cada fator indica que o primeiro, intitulado fator conhecimento contábil (FCC), é composto pelas questões que inicialmente investigam tal fato, a percepção de conhecimento em contabilidade dos respondentes. O segundo fator, intitulado fator apoio nota fiscal eletrônica (FANFE), é formado por questões que constata o menor ou maior apoio referente a adoção a NFe para os produtores.

Por fim, o último fator, intitulado fator conhecimento fiscal (FCF), expressa o conhecimento fiscal dos agricultores na atividade agrícola que desenvolve. São elementos relacionados ao conhecimento sobre a nota fiscal de produtor, como obter as mesmas e seu preenchimento, no qual demonstram entendimento sobre o assunto. Contrariamente ao esperado, a questão 8 não ficou relacionada a esse fator, ficando vinculadas ao FANFE, sem uma correlação teórica ou empírica previamente definida. Esses fatores são utilizados para análise de correlação, descrita no próximo tópico.

4.5 Análise de Correlação – Demanda por Serviços Contábeis

Para analisar a relação da demanda e origem dos serviços contábeis com os efeitos nos produtores rurais da amostra, utilizaram-se como variáveis a média das questões que compõem cada fator apresentado no tópico anterior e: (a) USOCTB: variável que representa a média entre as questões relacionadas à demanda por serviços contábeis diretamente a profissionais da área (9, 10, 11, 12, 13, 27); (b) NAOCTB: média das respostas entre as questões 25 e 26, que representam a procura dos produtores por profissionais não contadores para assessoramento sobre assuntos contábeis; (c) ORGAOS: representa a média das questões relacionadas à procura pela cooperativa (22), ente governamental (23) e sindicato (24) para assessoramento contábil.

Tabela 7 – Estatística descritiva

Variáveis	FCC	FCF	FANFE	USOCTB	NAOCTB	ORGAOS
Média	1,863	4,095	1,155	1,727	1,187	3,099
Mediana	1,000	4,667	1,000	1,500	1,000	3,667
Máximo	5,000	5,000	3,750	4,333	4,000	5,000
Mínimo	1,000	1,000	1,000	0,833	0,000	1,000
Desvio Padrão	1,209	1,176	0,470	0,726	0,669	0,796
Jarque-Bera	24,981	38,672	780,444	134,828	282,200	1,391
Prob. JB	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,499

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Observações sobre a distribuição dos dados foram realizadas na parte descritiva das questões, nos tópicos anteriores. Para realização do teste de correlação, esperava-se distribuição normal dos dados das variáveis, o que só foi constatado na variável ORGAOS pelo teste Jarque-Bera, com probabilidade superior a 5%. Dessa forma, a análise de correlação entre as variáveis necessita utilizar o teste não paramétrico de Spearman, apresentado na Tabela 9. Consideram-se significativos os coeficientes com probabilidade inferior a 10%.

Tabela 8 – Análise de correlação

Variáveis		FCC	FCF	FANFE	USOCTB	NAOCTB
FCF	Coefficiente	0,396				
	p-valor	0,000***				
FANFE	Coefficiente	0,390	0,279			
	p-valor	0,000***	0,007***			
USOCTB	Coefficiente	0,309	0,220	0,098		
	p-valor	0,003***	0,036**	0,356		
NAOCTB	Coefficiente	0,157	0,116	0,203	0,176	
	p-valor	0,139	0,272	0,054*	0,095*	
ORGAOS	Coefficiente	0,413	0,034	0,306	0,100	0,088
	p-valor	0,000***	0,749	0,003***	0,348	0,407

*p-valor<10%; **p-valor<5%; ***p-valor<1%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Dentre os resultados apresentados na Tabela 9, a área cinza engloba as correlações de interesse dessa pesquisa. Por elas é possível perceber que a percepção de conhecimento contábil (FCC) está correlacionada positivamente à procura por contadores e a utilização dos serviços contábeis (USOCTB). Essa variável também é correlacionada de forma positiva com o apoio de órgãos de classe (ORGAOS), inclusive com coeficiente de correlação superior ao anterior (0,413 versus 0,309), ambos significativos a 1%.

Por outro lado, diferente do que é esperado, a percepção de conhecimento fiscal (FCF) se apresenta correlacionada apenas com USOCTB, com uma relação mais fraca do que aquela identificada entre FCC e USOCTB. Essas evidências podem ser resultado da maior complexidade das temáticas fiscais do que as contábeis. Isso ganha força à medida que a contabilidade por meio de órgãos de classe (ORGAOS) não se apresenta correlação significativa com a percepção de conhecimentos fiscais.

Quanto ao nível de apoio à NFe (FANFE), os dados indicam que o uso direto da contabilidade não está relacionado, ao passo que profissionais não contábeis (NAOCTB) e a contabilidade dos órgãos de classe (ORGAOS) parecem a percepção de apoio. Era esperada a correlação positiva e significativa com ORGAOS, porém não se esperava o mesmo comportamento com NAOCTB, assim como pela ausência de relação com USOCTB. Isso

indica que o apoio não especializado e dos órgãos de classe ocuparam espaço que os contadores poderiam aproveitar para a prestação de serviços.

Por fim, a procura por temáticas contábeis e fiscais com profissionais não especializados não é contributiva para que os produtores melhorem sua percepção de conhecimento sobre tal. De certa forma isso é esperado e favorável, visto os riscos dos respondentes acharem que possuem tais conhecimentos, tendo obtido por fontes sem as bases teórica e técnica necessárias.

Em resumo, os resultados apontam para maior penetração do contador no meio rural destes agricultores, usando como caminho os órgãos de classe, em especial com o sindicato rural. O espaço a ser preenchido de forma direta apresenta-se como oportunidade de alavancar novos negócios e a inserção de demandas fiscais é fator determinante de sua ocorrência. Isso está centrado na baixa percepção de preparação dos agricultores para atenderem a essa exigência a ausência de correlação com o uso de serviços contábeis, em uma relação direta entre contador e cliente.

Assim, tal como esperado, há uma lacuna não preenchida por profissionais contábeis na atuação junto aos micro e pequenos produtores rurais, incluindo temas emergentes como a nota fiscal eletrônica. Possíveis causas envolvem a baixa disposição dos agricultores em investirem recursos nos serviços contábeis, tal como identificado em pequenos empresários (LIMA; CHACON; SILVA, 2004). A baixa escolaridade e a ausência de habilidade para manusear e interpretar dados contábeis também pode ser fator de explicação pelo baixo interesse nas informações contábeis, tal como em Albuquerque (2004) e Miranda et al. (2008). Ainda, a própria obrigatoriedade dos contadores em atuarem nas empresas, não gerando necessidade pela busca de novas oportunidades de trabalho. Essas potenciais explicações podem ser objetos de futura investigação sobre o tema.

5 Considerações Finais

A pesquisa aqui apresentada é resultado da inquietação diante de possíveis oportunidades no mercado de trabalho do contador. A obrigação de sua participação em pessoas jurídicas limita a aplicação de pesquisas com esse interesse. Diante da oportunidade de uma nova demanda fiscal à atividade rural, que afeta pessoas físicas, não obrigadas a utilizarem de serviços contábeis, determinou a oportunidade de sua execução.

Visto a necessidade da introdução de controles na atividade agrícola, em particular da exigência NFe aos produtores rurais, a pesquisa teve o objetivo de identificar quais fontes de assessoramento contábil estão relacionadas à demanda dos produtores rurais. Para alcançá-lo, foram coletados dados via questionário com produtores rurais, para conhecer o comportamento da amostra sobre os seguintes temas: percepção sobre conhecimento contábil e fiscal, utilização do profissional contábil, nível de preparação para a NFe, apoio contábil para a NFe e outras fontes de apoio para assuntos contábeis e fiscais.

Os resultados indicam que os agricultores possuem baixo conhecimento contábil e não demonstram interesse em procurar obter conhecimento sobre esse assunto, visto que poucos possuem controle sobre o próprio patrimônio. No entanto, os produtores rurais possuem conhecimento quanto ao manuseio do talão de nota fiscal de produtor, porém desconhecem os encargos tributários envolvidos no desenvolvimento da atividade agrícola.

Ainda, os agricultores procuram um profissional contábil para a realização da DITR e esse profissional é, em geral, disponibilizado pelo sindicato. Essa prática é o mais próximo da utilização do profissional contábil pelos agricultores que compõem a pesquisa.

Considerando a preparação dos agricultores a implementação da NFe, constatou-se que estes não estão preparados, uma vez que essa “novidade” foge da realidade de muitos, o

que pode ocorrer por não se manterem atualizados sobre questões fiscais ou pela qualidade do assessoramento. Nessa linha, os dados indicam que não há relevante procura por assessoria contábil pelos agricultores.

Durante a aplicação do questionário muitos ressaltaram a falta de informações sobre esse assunto, outros por não achar necessário e ainda por falta de condições financeiras. Também, pode-se perceber que o trabalho de assessoria não é divulgado nesse meio, os profissionais da área contábil precisam usar de estratégias para divulgar o trabalho realizado por esses profissionais e como a assessoria pode contribuir para alavancar os resultados produtivos. Ainda, foi possível analisar a participação atuante dos órgãos de classe principalmente o sindicato da categoria que contribui, compensando assim um pouco da oferta por alguns serviços contábeis procurados pelos agricultores.

Por fim, foram identificadas as correlações entre as formas de assessoramento contábil aos agricultores que promoveriam melhora de seus conhecimentos contábeis, fiscais, bem como ao apoio na implementação da Nota Fiscal eletrônica. Os dados apontam para associação positiva entre o uso de serviços contábeis e a percepção de conhecimento contábil e fiscal dos respondentes. Porém, diante da oportunidade originada na obrigação da NFe, a presença de contadores não contribui para a preparação dos agricultores para atender tal demanda, e que esta é suprida por órgãos de classe, da área rural.

A pesquisa contribui com a ampliação de pesquisas relacionadas à demanda por serviços contábeis em ambientes de ausência de sua obrigatoriedade. Com destaque para as alternativas utilizadas por potenciais, o que remete a novas investigações sobre outros profissionais atuarem em substituição ao técnico ou bacharel em ciências contábeis. Ainda, contribui com a classe contábil na divulgação dessa prática junto dos agricultores e, para esses, com as discussões sobre os serviços que podem ser obtidos com contadores.

Em razão de limitações e restrições, entende-se que esse trabalho constitui passo inicial para contribuir com a classe contábil na divulgação dessa prática junto a classe dos agricultores. Portanto, é importante que outras pesquisas deem continuidade à abordagem aqui realizada, a fim de proporcionar a inserção nas entidades dos agricultores das práticas contábeis, contribuindo com ambas as classes mencionadas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. **Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa: estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços hoteleiro da região de Brotas**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ANCELES, P. E. dos S. **Manual de tributos da atividade rural**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] União**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 set. 2017. [n.p.]
- CANECA, L. R.; MIRANDA, L. C.; RODRIGUES, R. N.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R. A influência da oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 43, p. 35-44, 2009.

- CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- FARIA, D. C.. A contabilidade rural no desenvolvimento do agronegócio. **Revista Eletrônica Acadêmica da Faceca**, Varginha, v. 1 n. 8, p. 9-24, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IUDICIBUS, S. de. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIMA, M. R. S.; CHACON, M. J. M; SILVA, M. C. Uma contribuição a importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: uma pesquisa realizada na cidade de Recife no Estado de Pernambuco. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EMPREENDEDORISMO LATINO AMERICANA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: CIPEAL, 2004.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MIRANDA, L. C.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R.; SATURNINO, O. Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários? **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 131-151, 2008.
- MOREIRA, R.; ENCARNÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. de A.; COLAUTO, R. D.; ANGOTTI, M. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10 n. 19, p. 119-140, 2013.
- PADOVEZE, C L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. (2006). Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 51.203, de 10 de fevereiro de 2014. Modifica o Decreto n. 37.699, de 26 de agosto de 1997 que dispõe sobre o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2051.203.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2014. [n.p.]
- VIRGILLITO, S. B. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Editora USJT (Universidade São Judas Tadeu), 2008.

ANEXO A – QUESTÕES DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para responder as questões 1 a 27, utilize a seguinte escala:

- 0-Não se aplica;
- 1-Discordo Totalmente;
- 2-Discordo Parcialmente;
- 3-Indiferente;
- 4-Concordo Parcialmente;
- 5-Concordo Totalmente

Variável: Percepção de conhecimento contábil (CC)

- 1.Tenho conhecimento sobre assuntos contábeis. (CC1)
- 2.Procuro atualização sobre informações contábeis. (CC2)
- 3.Tenho bom conhecimento sobre o controle do meu patrimônio e o resultado da minha atividade. (CC3)
- 4.Ter contabilidade é algo obrigatório para minha atividade. (CC4)

Variável: Percepção de conhecimento fiscal (CF)

- 5.Tenho conhecimento sobre como devo obter e arquivar talões de nota fiscal de produtor. (CF5)
- 6.Tenho conhecimento sobre como preencher a nota fiscal de produtor. (CF6)
- 7.Tenho conhecimento sobre os impostos que pago. (CF7)
- 8.Pago ICMS sobre o valor das notas fiscais. (CF8)

Variável: Utilização do profissional contábil (PC)

- 9.Um profissional contábil faz a minha declaração de ITR. (PC9)
- 10.Um profissional contábil faz a minha declaração de Imposto de Renda. (PC10)
- 11.Procuro um profissional contábil quando tenho dúvidas ou preciso decidir sobre minha atividade. (PC11)
- 12.Tenho acompanhamento de um profissional contábil. (PC12)
- 13.Um profissional contábil controla ou me auxilia em relação a investimentos e financiamentos. (PC13)

Variável: Nível de preparação para NFe (PNFE)

- 14.Tenho conhecimento de quando a Nota Fiscal Eletrônica (NFe) passará a ser obrigatória para minhas operações. (PNFE14)
- 15.Já tenho computador e internet disponíveis para emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (PNFE15)
- 16.Já estou utilizando a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (PNFE16)
- 17.Estou com tudo pronto para atender à exigência da Nota Fiscal (NFe). (PNFE17)

Variável: Apoio contábil para NFe (ANFE)

- 18.Procurei (ou fui procurado por) um profissional contábil para me auxiliar com a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (ANFE18)
- 19.O profissional contábil que trabalha para mim resolveu ou está resolvendo as questões sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (ANFE 19)
- 20.O profissional contábil do órgão de classe que participo ou já participei, ou de algum órgão governamental, me auxiliou ou está me auxiliando sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (ANFE20)

21.O profissional contábil que auxilia outro produtor rural me auxiliou ou está me auxiliando sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NFe). (ANFE 21)

Variável: Outras fontes de apoio (OFA)

22.Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros, procuro a cooperativa que participo ou já participei. (OFA22)

23.Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros, procuro um órgão do governo para me auxiliar. (OFA23)

24.Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros, procuro o sindicato que participo ou já participei. (OFA24)

25.Um profissional que não é da área contábil me assessora nas questões fiscais e tributárias. (OFA25)

26.Um parente que NÃO é da área contábil me assessora nas questões fiscais e tributárias. (OFA26)

27.Um parente que atua da área contábil me assessora nas questões fiscais e tributárias. (OFA27)

Variáveis Categóricas

28. Idade: _____

29. Gênero: () masculino () feminino

30. Sua Escolaridade:

- a.() não estudou
- b.() ensino fundamental incompleto
- c.() ensino fundamental completo
- d.() ensino médio incompleto
- e.() ensino médio completo
- f.() curso técnico
- g.() curso superior

31. Número de filhos:

- a.() nenhum
- b.() 1 a 3
- c.() mais que 3

32.Maior Escolaridade entre os filhos ou cônjuge:

- a.() não estudou
- b.() ensino fundamental incompleto
- c.() ensino fundamental completo
- d.() ensino médio incompleto
- e.() ensino médio completo
- f.() ensino técnico
- g.() curso superior

33.Caso tenha curso técnico ou superior, indique a área:

a.() administração.